

# O MARCO JURÍDICO DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

---

  
SARUBBI CYSNEIROS  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



## O Marco Jurídico das Organizações Religiosas

1ª Edição - 2019

.....

**Diretor-Geral:**

Mons. Jamil Alves de Souza

**Coordenador:**

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

**Autores:**

Emmanuel Maurício Teixeira de Queiros  
Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

João Paulo Amaral Rodrigues

Lucas Furtado de Vasconcelos Maia

Mateus Gonçalves Borba Assunção

Vanessa Martins de Souza

Vera Maria Barbosa Costa

.....

**Revisão:**

João Vitor Gonzaga

Vinicius Pereira Sales

**Capa:**

Erick Braian

**Projeto Gráfico e Diagramação:**

Henrique Billygran Santos de Jesus

**Impressão e acabamento:**

Paulus Gráfica

.....

.....

H895m Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira / O Marco Jurídico das Organizações Religiosas. Brasília: Edições CNBB, 2019.

268 p. : 17 x 24 cm

ISBN: 978-85-7972-735-1

1. Igreja Católica;
2. Estado;
3. Organizações Religiosas;
4. Direito Canônico.

CDU - 322

.....

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão da CNBB.

Todos os direitos reservados ©

**Edições CNBB**

SAAN Quadra 3, Lotes 590/600

Zona Industrial – Brasília-DF

CEP: 70.632-350

Fone: 0800 940 3019 / (61) 2193-3019

E-mail: vendas@edicoescnbb.com.br

www.edicoescnbb.com.br

## SUMÁRIO

<b>Apresentação e Agradecimentos .....</b>	<b>9</b>
--	----------

<b>TÍTULO I – Estado, Direito e Religião .....</b>	<b>11</b>
--	-----------

CAPÍTULO I – APONTAMENTOS GERAIS SOBRE A LAICIDADE DO ESTADO.....	11
CAPÍTULO II – A LIBERDADE RELIGIOSA: POSSIBILIDADES E LIMITES LEGAIS DE CONSTITUIÇÃO DE UMA “IGREJA” .....	17
CAPÍTULO III – PRONUNCIAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE A POSSIBILIDADE DE SE DEFINIR O QUE É RELIGIÃO .....	23
CAPÍTULO IV – DIREITO ECLESIAÍSTICO NA DOCTRINA JURÍDICA BRASILEIRA.....	29
CAPÍTULO V – SÍMBOLOS RELIGIOSOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS.....	33

<b>TÍTULO II – As Organizações Religiosas .....</b>	<b>37</b>
---	-----------

CAPÍTULO I – ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA: UMA TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO CONCEITUAL .....	37
CAPÍTULO II – A COMPLEMENTARIEDADE ENTRE O DIREITO CANÔNICO, AS CONSTITUIÇÕES DOS INSTITUTOS RELIGIOSOS E OS ESTATUTOS CIVIS DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS.....	41
CAPÍTULO III – ESTATUTOS DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS: FINALIDADES E ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS .....	44

CAPÍTULO IV – ATIVIDADES ECONÔMICAS QUE PODEM SER DESEMPENHADAS POR ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS NOS TERMOS DA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA .....	60
CAPÍTULO V – POSSIBILIDADE DE CERTIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS .....	65
CAPÍTULO VI – POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS PELOS ATOS DE SEUS MEMBROS .....	68
CAPÍTULO VII – PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO .....	98
CAPÍTULO VIII – RECONHECIMENTO DOS EFEITOS CIVIS DO CASAMENTO RELIGIOSO E HOMOLOGAÇÃO DAS SENTENÇAS ECLESIAÍSTICAS EM MATÉRIA MATRIMONIAL .....	110
CAPÍTULO IX – POSSIBILIDADE DE DOAÇÃO DE BENS PELO PODER PÚBLICO: HIPÓTESES DE DISPENSA DE LICITAÇÃO .....	117
CAPÍTULO X – POSSIBILIDADES DE DOAÇÕES EM FAVOR DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS MEDIANTE INCENTIVOS FISCAIS .....	122

### **TÍTULO III – Os Membros das Organizações Religiosas ..... 131**

CAPÍTULO I – A RELAÇÃO ENTRE OS RELIGIOSOS E AS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS. O FENÔMENO DA REMUNERAÇÃO DOS RELIGIOSOS E A POSSIBILIDADE LEGALMENTE PREVISTA DE GASTOS COM AJUDA DE CUSTO EM RAZÃO DO MISTER RELIGIOSO E DA SUBSISTÊNCIA DOS RELIGIOSOS .....	131
CAPÍTULO II – TRABALHO VOLUNTÁRIO EM FAVOR DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS .....	140
CAPÍTULO III – PLANO DE SAÚDE COLETIVO PARA MEMBROS DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS .....	143
CAPÍTULO IV – DIREITO À ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL EM ESTABELECIMENTOS DE INTERNAÇÃO COLETIVA.....	147
CAPÍTULO V – O VISTO PARA MINISTROS DE CONFISSÃO RELIGIOSA.....	157

### **TÍTULO IV – A Questão Tributária e Temas Correlatos..... 161**

CAPÍTULO I – AS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS DAS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS E SUA REGULAMENTAÇÃO.....	161
---	-----

CAPÍTULO II – OUTRAS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS.....	201
CAPÍTULO III – AS ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS APLICÁVEIS ÀS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS .....	216
CAPÍTULO IV – CONTRIBUIÇÃO SINDICAL.....	221
CAPÍTULO V – O MINISTRO DE CONFISSÃO RELIGIOSA COMO SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA.....	230
CAPÍTULO VI – A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO MINISTRO DE CONFISSÃO RELIGIOSA .....	233
Acordo Brasil-Santa Sé (Decreto n. 7.107, de 11 de fevereiro de 2010).....	238
ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A SANTA SÉ RELATIVO AO ESTATUTO JURÍDICO DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL.....	239

## **Seleção de Julgados e Decisões Administrativas Relevantes ..... 245**

COLETÂNEA DE PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS.....	245
---	-----

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 259**